



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

ATA DA 16ª PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CES/RS

2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48

No dia 16 do mês de outubro de 2014, às 14h, no Auditório do Conselho, na Avenida Borges de Medeiros, 1501/20º andar, reuniu-se o Plenário do CES/RS, com os seguintes pontos de pauta: **1º) Atas (4ª-Plen.Ord de 10/04; 12ª de 21/08; 13ª de 04/09; 15ª de 02/10; 2ª Plen. Extraord. 11-09-14) e Expedientes; 2º) Deliberação Cronograma Eleitoral do CES/RS; 3º) Indicação da Comissão Eleitoral do CES/RS; 4º) Representação ao Ministério Público Federal pela garantia dos Direitos da Pessoa Idosa, proposta pelo Conselheiro Adão Zanandrea; 5º) Apresentação da Política de Atenção Hospitalar do Governo do Estado – SES/RS; 6º) Encaminhamentos.**

**Titulares:** Paulo Humberto, Zilá Cohen, Camila Jacques, Ivete Dornelles, Luciane Cimador, Carlos Weber, Sandra Leon, Ana Albernaz, Odil Gomes, Luiz Pinheiro, Mario Reis, Nádia Frizz, Eni Bahia, Stênio Rodrigues, Claudio Augustin, Juliana Wingert, Ana Maria Martins, Ana Maria Sodré.

**Suplentes:** Kelly Mattos, Liane Gabe, Mariângela Cervieri, Paulo Rodolfo, Luiz Ferreira, Sandra Silva.

**1º) Atas (4ª-Plen.Ord de 10/04; 12ª de 21/08; 13ª de 04/09; 15ª de 02/10; 2ª Plen. Extraord. 11-09-14) e Expedientes:** Paulo abre a plenária iniciando a votação das atas. Todas são aprovadas. Ele lê os expedientes. Diz que há um convite do Conselho Municipal de Saúde de Esteio para o dia 30 de outubro de 2014 para uma audiência pública com a OAB, objetivando de convencer esta entidade a entrar na briga contra a diferença de classe. Comenta que é necessário que se auxilie lá, pois, quando conversaram com os Ministros, viram que os mesmos desconheciam o que é o SUS. Diz que se a diferença de classe passar, acaba o SUS. Relata o convite do CEREST de Santa Cruz, para o dia 22 de novembro, para que o CES participe de uma programação deles.

**2º) Deliberação Cronograma Eleitoral do CES/RS:** Paulo diz que não fizeram a deliberação do cronograma porque tal serviço será feito pela Comissão Eleitoral.

**3º) Indicação da Comissão Eleitoral do CES/RS:** Paulo nomeia a comissão: Carlos Weber, Camila Jacques, Paulo Rodolfo, mais o assessor jurídico. Diz que o indicativo para a eleição é dia 27 de novembro.

**4º) Representação ao Ministério Público Federal pela garantia dos Direitos da Pessoa Idosa, proposta pelo Conselheiro Adão Zanandrea:** Paulo diz que o conselheiro Adão Zanandrea não está presente, mas que Rodrigo, assessor jurídico do CES, irá ler a representação. Rodrigo lê a representação, que é do conselheiro Adão e diz que a intenção deste é pedir apoio ao CES. Paulo diz que esse documento tem intenção de proteger os idosos, pois o que se tem visto são casos em que a pessoa idosa não tem apoio da família e não consegue acessar as internações no SUS. Comenta que a população brasileira está envelhecendo e que cada vez mais os idosos vão precisar de apoio. Diz que a maior parte desses idosos recebem cerca de um salário-mínimo. Ele abre para que se façam manifestações. Sugestiona que façam uma resolução. Nádia diz que já havia lido esse documento antes da plenária e que ficou satisfeita com a iniciativa. Comenta que o que foi escrito é importante por provocar que conheçam realidades graves. Aponta que cada vez mais precisam dar atenção aos idosos. Diz que, apesar disso, na representação falta especificidade. Comenta que seria melhor detalhar mais a representação, caso não tenha sido enviada ainda, ou que se faça um documento de apoio, elencando pontos importantes e menos genéricos. Diz que tentará conversar com o conselheiro Adão para auxiliar. Comenta que gostaria de ver um documento elencando os pontos onde os idosos estão com problemas. Paulo comenta que o CES deveria fazer um estudo mais aprofundado no assunto, em pontos mais específicos e, então, fazer uma resolução específica em alguns pontos, como a questão de falta de leitos para idosos. Diz que o CES deve apoiar a representação e, além disso, fazer uma resolução. Faz votação para apoio à representação. A representação é apoiada por unanimidade. Comenta que na próxima plenária será trazida uma resolução para apreciação.

**5º) Apresentação da Política de Atenção Hospitalar do Governo do Estado – SES/RS:** Pela ausência de representantes da SES, ele abre para informes e assuntos

49 gerais. Monique, representante da Associação Brasil Huntington, fala sobre a política e o  
50 movimento vigente sobre doenças raras. Diz que é uma política que já tem verba no Governo  
51 Federal para implementação e que seria interessante o CES usar uma plenária para discutir o  
52 assunto. Comenta que não só sua associação, mas outras associações de doenças raras estão se  
53 movimentando juntos. Diz que representantes de associações de doenças raras começarão a  
54 frequentar as plenárias do CES. Cláudio diz que tem três pontos para comentar. A primeira questão  
55 é apenas informativa e as outras duas pedem algum encaminhamento. Primeiro ponto: no dia  
56 anterior houve reunião da CIST, de onde saiu o seguinte encaminhamento: há uma proposta de  
57 política de saúde do trabalhador que a SES mandou ano passado. Eles fizeram seminário sobre isso  
58 na FETAG, discutiram internamente. Diz que esse ano houve Conferência Estadual e nela  
59 colocaram como diretriz da conferência a aprovação das diretrizes para a política estadual da saúde  
60 do trabalhador. Comenta que a proposta que discutiram é que, até o final do ano, se faça a  
61 aprovação da política, de preferência até o dia 27 de novembro, para que se publique ainda este ano  
62 a política, antes que o próximo governo assuma. Uma ideia é fazer no dia 29 ou 30, reunir a CIST  
63 com quem mais tiver interesse, para fazer a adequação da política com as deliberações da  
64 conferência e, depois, dia 26 de novembro, fazer os ajustes finais, para que no dia 27 seja aprovada  
65 no CES. Segundo ponto: foi criado em 2010 a Secretaria Especial da Saúde Indígena, vinculada ao  
66 Ministério da Saúde. Diz que boa parte dos profissionais da SESAI são pessoas ligadas às OSs e às  
67 Igrejas, então houve uma pressão do Ministério Público para que se regularizasse o trabalho desses  
68 profissionais, que era precário. Comenta que querem fazer concurso público. Diz que a última  
69 Conferência Indígena defende a realização de concurso público, mas de maneira diferente da  
70 tradicional, prevendo que seja conforme o grau de complexidade e tipo de atividade. Comenta que  
71 há situações que preveem que se tenham profissionais bem específicos para tal. Diz que se deve ter  
72 profissionais indígenas, pois eles poderão se comunicar melhor com as outras etnias. Comenta que a  
73 saúde indígena será gerenciada por terceiros e que há casos complicados, como em lugares em que  
74 os caciques coordenarem, por exemplo, pois houve casos onde caciques cobravam pedágio para  
75 pessoas de fora que fossem fazer algum trabalho na aldeia. Diz que fizeram um documento longo  
76 que conta toda essa história e que estão pegando assinaturas de comunidades indígenas. Comenta  
77 que estão fazendo audiências públicas pelo interior e tentando convocar as comunidades indígenas  
78 para se manifestar. Sugestiona que o CES faça uma moção e que se coloque em discussão e votação  
79 na plenária seguinte uma moção sobre o assunto. Se propõe a fazer o texto. Terceiro, diz que  
80 recebeu uma denúncia grave referente ao concurso da FEPPS. Comenta que a FEPPS é uma  
81 entidade que foi criada no governo Collares e, segundo a lei, seu quadro pessoal deveria ser feito  
82 em 6 meses e não foi feito e, no final do governo Olívio, foi feito um quadro especial. Comenta que  
83 demoraram 10 anos para acabar com o quadro especial. Diz que depois, durante a COPA, foi  
84 mudada a lei do quadro da FEPPS, que não tinha funcionários senão CCs. Comenta que o concurso  
85 novo teve dois editais divergentes publicados, um no Diário Oficial e outro no site da banca, e  
86 ambos tinham itens suspeitos que remetem a ideia de ser um concurso preparado para receber  
87 pessoas específicas, além de vagas de necessidade questionável. Relata que os editais foram  
88 recolhidos e substituídos, porém ainda mostravam suspeitas de que havia cartas marcadas. Diz que  
89 seu primeiro impulso foi levar à Delegacia fazer ocorrência, porém decidiu primeiro apresentar ao  
90 CES para que cobrem uma resposta da FEPPS. Comenta sobre um concurso que houve para a SES  
91 anteriormente, com o edital pedindo cargos para funções de existência questionáveis, ao menos  
92 naquela quantidade. Diz que não duvida que possa haver uma boa justificativa para isso, mas que  
93 espera resposta há tempos e não há alguma. Comenta que, se não houver resposta da questão da  
94 FEPPS, irá atrás de outros meios. Paulo pede que Cláudio formalize isso, assim podem cobrar da  
95 SES respostas. Ivete Dornelles lembra que é dia 16 de outubro, que é o Dia Mundial da  
96 Alimentação, dia que comemoram com ações e atividades para lembrar a questão da alimentação,  
97 não só a falta de alimentos, mas, também, o alimento como produto comercial etc. Diz que o Rio  
98 Grande do Sul tem como tradição fazer a Semana da Alimentação e que o Conselho Regional de  
99 Nutricionistas está promovendo dia 17 um seminário sobre orgânicos, onde abordam a saúde desde  
100 a do produtor até a do consumidor. Comenta que quem tiver interesse pode acessar o site do CRN,

101 onde há as inscrições para o seminário. Comenta que será no antigo CREA. Diz que domingo  
102 haverá a Praça de Segurança Alimentar, onde se agregam várias instituições que lutam pela mesma  
103 causa. Stênio diz que gostaria de dar um informe e fazer um comentário. Comenta que domingo e  
104 segunda instituirão o Fórum Estadual Permanente do Sistema Nacional de Auditoria e Cidadania.  
105 Diz que faz parte do grupo desse fórum o TCE, TCU, PGE, MPE, MPF, AGU, CES, COSEMS,  
106 cerca de 18 municípios que têm representantes de auditoria e representantes de todos municípios  
107 por servidores e pelos seus CMSs. Comenta que a ideia é ter uma troca de conhecimento entre essas  
108 entidades e a cidadania. Diz que essa iniciativa é pioneira. Comenta que precisam trabalhar para  
109 democratizar cada vez mais o país. Diz que cabe ao Estado, junto com os movimentos sociais,  
110 construir esse processo. Comenta que tem representação da FETAG, da CUT, do Movimento das  
111 Mulheres Negras e duas ONGs. Diz que a ideia é focalizar em municípios e os potencializar.  
112 Comenta que outra coisa que o preocupa é que, para os negros, durante esses quinhentos anos, foi  
113 um grupo pequeno que decidiu o que era melhor para esses. Diz que nos últimos tempos os negros  
114 têm se organizado e se colocado socialmente. Comenta que os povos indígenas nos últimos 100  
115 anos, desde a criação da FUNAI até hoje, o Estado brasileiro ainda não conseguiu dar uma resposta  
116 que garantisse efetivamente o direito e a cidadania dos povos indígenas. Relata que o Brasil tem por  
117 volta de 300 povos indígenas, cada um com sua língua e representam, cada um, um Estado dentro  
118 do Estado brasileiro. Comenta que as pessoas estão decidindo pelos índios o que é bom para eles e  
119 deveriam perguntar a eles mesmos o que eles acham que é melhor. Diz que no Rio Grande do Sul há  
120 3 povos e, entre eles, dois são inimigos, então não dá para juntar sem respeitar história e cultura.  
121 Comenta que se pensar em um mesmo projeto para 300 povos é mais difícil ainda. Diz que devem  
122 ouvir o índio e o que ele acha que é bom para ele. Stênio diz que não está dizendo que a  
123 privatização será boa ou não, mas até agora o que se tem feito não acertou. Odil fala sobre a  
124 proposta do conselheiro Adão e do DRU. Comenta que essa proposta quando foi iniciada era uma  
125 renda não vinculada e que foi desviada para os recursos de outro lugar. Diz que não houve  
126 responsabilidade do Estado para fiscalizar. Comenta que aqueles que passaram a vida toda pagando  
127 a previdência, por causa do desvio que foi feito, não receberam o que merecem. Diz que  
128 aposentadoria não é um privilégio, é um direito, pois pagaram por isso. Comenta que durante a  
129 campanha eleitoral não viu um deputado com proposta descende quanto ao assunto. Paulo diz que  
130 ligou para a SES para perguntar se alguém fará a apresentação e responderam que alguém  
131 comparecerá. Comenta que se está vivendo um momento eleitoral. Diz que tem acompanhado as  
132 falas dos candidatos no primeiro turno e no segundo turno e que nenhum tem nada novo para falar.  
133 Comenta que nos próximos anos haverá problemas econômicos. Reclama da dependência que o  
134 controle social tem da gestão, pois depende dela para recursos e materiais, além de para serviços,  
135 como resoluções que dependem da SES homologar. Reclama, também, dos conselhos que estão  
136 sendo criados antes de ao menos se consolidar os já existentes. Diz que isso só mudará se as  
137 entidades do CES assumirem o SUS e o controle social. Comenta que, se não assumirem, os  
138 sindicatos vão ter que lutar para negociar plano de saúde. Taciane, do CMS de Terra de Areia, relata  
139 que seu CMS tem sofrido com perseguições, falta de entidades e trocas recorrentes de secretários  
140 municipais de saúde. Comenta que pediram à Secretária para que participassem da escolha das  
141 entidades para selecionar as melhores para o controle social e que o tornassem paritário, porém não  
142 houve retorno. Relata que seu mandato teria se encerrado em dezembro. Diz que encaminharam as  
143 indicações e renovações das entidades em julho de 2014. Comenta que, mesmo sem paridade e sob  
144 ameaças das secretarias, solicitaram à Secretaria e ao Prefeito para que auxiliassem a homologar as  
145 entidades. Diz que permaneceu no cargo por causa dos problemas citados e sob vontade do  
146 conselho. Relata que na última plenária votaram por uma nova eleição no dia 27 de agosto.  
147 Comenta que recebeu um ofício da Prefeitura dizendo que ela estava exonerada do cargo e que tinha  
148 a obrigação de entregar todas a documentação do CMSs, inclusive as atas, na Prefeitura e informar  
149 por ofício que o fez, e fazer isso em 48 horas ou um policial bateria em sua casa e tomaria as  
150 atitudes cabíveis. Para sanar qualquer dúvida, teria que ir ao jurídico da Prefeitura. Pergunta quem  
151 troca e manda no conselho. Diz que conversou com os outros conselheiros, eles pediram para que  
152 ela listasse os documentos que a Prefeitura pediu e a informá-la por ofício, entregar e protocolar,

153 junto com os ofícios que não foram respondidos. Relata que comunicou ao CES no dia 7 de agosto  
154 e pediu auxílio para saber o que fazer e quais são as atitudes cabíveis. Diz que, como estão sendo  
155 pressionados, devem se precaver de qualquer acusação futura. Pergunta se, caso a afirmação de seu  
156 mandato tenha expirado em dezembro de 2013, todos os projetos e planos aprovados a partir de  
157 2014, eles têm validade alguma. Se não, pergunta como deve proceder. Diz que dia 3 de agosto  
158 deveria se realizar uma reunião ordinária do conselho e pergunta como deveria proceder no  
159 momento. Comenta que a Secretaria de Saúde deveria sanar dúvidas, como materiais de entidades  
160 que sumiram. Diz que eles alegavam que não podiam responder por causa das constantes trocas de  
161 secretários de saúde. Relata que em 2013 houve três trocas de secretários e durante três meses  
162 ficaram sem secretário. Comenta que pediu ao presidente do CES para palestrar no dia 27 de agosto,  
163 no dia das eleições, para conselheiros e gestores, para explanar a importância dos conselhos. Diz  
164 que explicou ao conselheiro Paulo os problemas que enfrentavam, entre eles a lei do conselho, que  
165 estava defasada. Comenta que foi feita a reconstrução e a reestruturação, com auxílio do CES, de  
166 outros municípios e do jurídico da Câmara de Vereadores. Relata que essa lei foi protocolada em  
167 março de 2013, porém ficou no jurídico da Prefeitura e está lá até hoje, sem retorno algum.  
168 Comenta que seu CMS foi instruído várias vezes pelo CES a procurar o MP, porém este dizia que  
169 não era sua função sanar os problemas explanados e os dizia para procurarem a Defensoria Pública,  
170 que dava a mesma resposta. Diz que havia problemas como perseguição aos conselheiros, que não  
171 conseguiam mais utilizar os serviços municipais do SUS, como marcar consultas etc. Comenta que  
172 em reunião dia 6 de agosto, do jurídico da Prefeitura, estavam presentes na reunião a Carla,  
173 secretária de administração, Fabrício, secretário de saúde, ela, presidente do Conselho, Anelise  
174 Cardoso, vice-presidente, e Maria de Lurdes, uma das conselheiras. Relata que o representante do  
175 jurídico afirmou que não só a diretoria do CMS se extinguiu em dezembro de 2013, como todo o  
176 conselho, pois a cada troca de diretoria, todos os conselheiros deveriam trocar, independente do que  
177 fosse registrado em ata. Ele afirmou, também, que não precisa ser paritário e o que foi aprovado de  
178 trabalhos durante esse tempo não será anulado, para não prejudicar o município, e os não aprovados  
179 serão reavaliados. Segundo ela, o representante do jurídico disse, também, que é de competência da  
180 Prefeitura escolher e trocar quando quiser as entidades adequadas para o conselho, que as entidades  
181 novas já foram indicadas e a dela não estava na lista. Ele disse, também, que nenhuma entidade  
182 deveria ficar mais do que um mandato e que manterão apenas algumas, as representantes do  
183 Governo. Comenta que, depois, a Prefeitura realizará a eleição e a reestruturação da lei que rege o  
184 conselho, conforme a realidade, porque o que o conselho projetou, era absurdo, não importando de  
185 quem eles conseguiram informações ou documentos. Ele havia dito que o conselho deveria entregar  
186 todos os documentos o quanto antes. Comenta que o que entenderam era que, segundo o  
187 representante do jurídico, não existia conselho há oito meses, em agosto, e todo seu trabalho não  
188 havia validade alguma, apenas os planos aprovados. Diz que culparam a presidente por não ter  
189 brigado o suficiente. Comenta que os conselheiros foram retirados. Diz que nesse meio enviaram  
190 toda a conversa que foi gravado para o CES em agosto. Comenta que foi pedido, também, auxílio  
191 para redigir o ofício que deveria ser entregue ao jurídico da prefeitura. Diz que pediram, também,  
192 auxílio com presença física do CES no município, para sanar os problemas, e conscientizar os  
193 gestores locais em como proceder para as eleições. Relata que dia 13 de agosto entregaram todos os  
194 documentos conforme foi pedido e não tinham um material para os auxiliarem. Diz que entraram  
195 em contato com a 18ª e com o CES para pedir auxílio em como proceder, principalmente para parar  
196 as ameaças que os conselheiros estavam recebendo. Comenta que entregaram as atas para a  
197 Prefeitura e algumas delas sumiram. Diz que escutaram dos gestores que não tinham direito ao SUS  
198 e que tinham que dar vaga os municipais, a quem defendiam. Comenta que, agora que não são mais  
199 conselheiros, estão sendo ainda mais perseguidos. Reclama que pediram auxílio à 18ª, ao CES e ao  
200 MP, que deveriam os proteger e não o fizeram. Relata que seu filho esperava uma consulta no  
201 otorrino há 6 anos, quando entrou no conselho, e que descobriu que ele precisa de um aparelho  
202 auditivo e que pediu à Defensoria Pública auxílio, há 1 ano. Comenta que batalhou por cirurgia há  
203 6 anos e só conseguiu com sua médica, com quem consulta há 4 anos. Relata que só precisava de  
204 uma ligação do Conselho de Saúde. Diz que a cirurgia seria dia 8 de outubro, que realizou todos os

205 exames pedidos e que dia 30 deveria consultar com a anestesista. Relata que, no lugar da  
206 anestesista, quem a atendeu foi sua médica, que a comunicou o cancelamento da sua consulta com a  
207 anestesista, da cirurgia e das outras consultas, pois há dois anos ela esperava um movimento do  
208 secretário de saúde e ele ainda não entrou em contato. Diz que sua médica a encaminhou para a  
209 ouvidoria do hospital e isso acabou em um “empurra-empurra”. Comenta que quando chegou ao  
210 CES, a mandaram ao MP, que a mandou para o MP de Terra de Areia, que perguntou se era caso de  
211 morte e, se não era, não podia fazer nada, a mandou para a Defensoria Pública, que perguntou a  
212 mesma coisa e disse que não podia fazer nada. Relata que foi conversar direto com o secretário, que  
213 disse que não podia fazer nada. Ela pergunta quem os auxiliará enquanto são perseguidos. Ana  
214 Maria diz que sua entidade está em conversa sobre isso, então disseram para que ela fizesse  
215 presença no CES e comenta que espera, ao menos, um encaminhamento do Conselho junto ao seu  
216 jurídico. Paulo diz que esse problema em Terra de Areia se repete em vários municípios. Comenta  
217 que o controle social está dependente demais da gestão e que não tem autonomia. Diz que o MP, até  
218 tempo atrás, sempre foi parceiro, mas, depois, não fizeram mais nada. Relata sobre Arroio do Sal,  
219 aonde foi 7 vezes, e que, em 6 meses, teve dois secretários de saúde. Diz que nada que se  
220 encaminhava das conversas se efetivava. Comenta que, quando não havia mais o que fazer,  
221 conseguiram, através de uma vereadora de Porto Alegre, chegar a um Procurador-Geral de Justiça,  
222 fazer uma denúncia ao promotor daquele município e que, agora, ele mesmo, Paulo, está  
223 respondendo processo para o MP, por ter feito denúncia contra um promotor. Comenta que casos  
224 como esse acontecem em todo o país. Diz que o conselho não tem poder algum de gestão, nem  
225 mesmo de indicar entidade. Comenta que Rodrigo esteve em Terra de Areia e depois relatará. Diz  
226 que não adianta procurar o MP. Comenta que estão tentando fazer com que saia um documento  
227 junto ao MPF e à PGR, para que haja uma ação mais efetiva e mais forte contra esse tipo de abuso,  
228 mas até agora eles não quiseram assinar o documento, um documento que toca no gestor, com corte  
229 de verbas etc. Relata que já denunciaram ao país todo que 93% dos municípios não tinham CMS e  
230 não aconteceu nada. Diz que há perseguições de todos os lados, até em cima dos conselheiros do  
231 CES. Rodrigo relata sobre sua ida ao município de Terra de Areia. Diz que fez uma reunião com o  
232 secretário de saúde, a secretária de administração e o procurador do município. Relata que ficou  
233 uma situação complicada participar de uma reunião com só um lado da discussão, uma vez que o  
234 CMS não enviou representante. Comenta que o que foi dito que o representante do CMS entregou  
235 todos os documentos e foi embora do conselho, que ninguém tinha interesse de participar do  
236 conselho. Diz que estavam pedindo auxílio para formar novo conselho e pareceu que estavam  
237 querendo um aval do CES para que pudessem eles mesmos indicar as entidades. Rodrigo relata que  
238 disse que era inviável o CES apoiar algo assim e recomendou que se fizesse uma audiência pública  
239 com as entidades em trinta dias, para resolver a questão. Relata que eles discordaram e pediram que  
240 se tivesse um núcleo provisório de organização, indicado pela gestão e Rodrigo foi contra. Comenta  
241 que eles aceitaram o recomendado e disseram que em 30 dias iam fazer a audiência, com ampla  
242 divulgação, convidando as entidades e seus segmentos. Paulo relata que já foi em vários municípios  
243 e que o CES não tem poder de interferir. Nádia diz que não sabia desse fato, mas que não é  
244 novidade para ela uma situação dessas. Comenta que o que a deixa inquieta é que a figura dos  
245 conselhos é uma coisa nova no país, que ninguém sabe exatamente o que é ser conselheiro, que não  
246 há formação para isso. Diz que um local em que o cidadão pode se manifestar e interferir é novo e  
247 as pessoas ainda não sabem mexer com isso. Diz que o que a inquieta é que falta muita informação  
248 sobre isso para as pessoas, de o que é ser um conselheiro. Comenta que está falando da população  
249 em geral. Diz que se deve fazer mais divulgação de informação e que isso apesar de não resolver,  
250 ajuda. Pergunta para Rodrigo se é possível pedir auditoria desses processos e por que não se faz  
251 isso. Comenta que devem tentar por outros caminhos que não se tentaram ainda. Pergunta se isso é  
252 possível e se é interessante. Paulo relata que o DENASUS também vai aos municípios do interior  
253 fazer auditoria, mas isso também não dá em nada. Comenta que as auditorias não estão dando em  
254 nada. Rodrigo relata que já fizeram esse trabalho sugerido por Nádia, quando, durante 3 anos,  
255 viajaram todo o interior do Estado, fizeram relatório e conversaram com o MP em uma reunião  
256 onde esteve presente o coordenador do CAO. Dessa conversa, houve encaminhamento em que o

257 MP acatou e aceitou a pesquisa no estado e o CAO se prontificou a encaminhar esse material todo  
258 para todos os promotores do Estado e todas as COMARCAS, orientando em como agir e como lidar  
259 com os conselhos. Diz que o trabalho foi desgastante e que a parte do CES foi bem-feita. Relata  
260 que, na ocasião da reunião, foram recebidos abertamente. Comenta que o trabalho não teve o  
261 desfecho pretendido. Maria Martins diz que há duas situações. Diz que há o ABRASUS e pergunta  
262 como eles poderiam ajudar. Comenta que indica o ABRASUS para compor o conselho. Recomenda  
263 que Taciane vá atrás da ABRASUS. Diz que ouviu que a abrangência do ABRASUS é Porto Alegre  
264 e pergunta a Rodrigo a que órgão similar Taciane pode procurar. Comenta que é complicado expor  
265 uma pessoa, mas o gestor precisa ser responsabilizado. Rodrigo sugere que se faça uma  
266 reaproximação com o COSEMS. Relata que antigamente havia uma boa participação do COSEMS  
267 e da FAMURS e que podiam tentar uma reaproximação. Paulo diz que ouviu do assessor jurídico da  
268 FAMURS em um debate em que estiveram que “o Prefeito ganhou, então é o prefeito que manda”.  
269 Relata que essa é a posição da FAMURS. Comenta que essas entidades da gestão não são parceiros  
270 do CES nesses casos. Diz que se proporia a ir em Terra de Areia, mas não adiantaria em nada.  
271 Comenta que o que o preocupa mais agora é a perseguição pessoal que está acontecendo aos  
272 conselheiros de Terra de Areia e que, quanto a isso, o CES talvez possa fazer algo. Cláudio diz que,  
273 pelo que entendeu, há um processo de não atendimento de perseguição política. Sugere que se faça  
274 denúncia na Delegacia de Polícia e, então, se envie essas denúncias para o Conselho Superior de  
275 Justiça ou para o Conselho Superior do Ministério Público. Diz que hoje o CSJ está funcionando,  
276 que antes não estava, mas agora está. Comenta que processos trancados há anos em questão de duas  
277 semanas são encaminhados após denúncias ao CSJ. Diz que se deve fazer denúncia ao CSMP  
278 também e ir lá cobrar, pois então o promotor da cidade terá que se explicar ao Conselho Superior do  
279 Ministério Público. Comenta que devem ver uma forma concreta de tensionar. Relata que fizeram  
280 esse trabalho em que viajaram ao interior, enviaram para o TCU, estes chegaram à conclusão que  
281 eles já haviam chegado, mandou uma orientação do prazo para que se resolvesse os problemas,  
282 estourou o prazo algumas vezes e adiaram. Diz que chegou a hora de cobrar novamente do TCU  
283 uma atitude, porque o Ministério e a Secretaria não vão fazer isso. Fala à plenária que devem ir em  
284 cima do CNS para exigir isso, inclusive para que a lei do conselho seja votada, para corrigir esse  
285 problema também. Diz que já existe uma decisão do TCU, que não se pode repassar recursos até  
286 que as situações dos CMSs sejam resolvidas, então o CES deve cobrar para que isso seja efetivado.  
287 Comenta que devem fazer uma nova reunião e uma nova cobrança. Diz que se não ficarem em  
288 cima, não vai acontecer nada. Comenta que uma pressão dessa natureza, talvez ajude até a lei na  
289 Assembléia. Paulo diz que essa questão do cumprimento acórdão ele já cobrou duas vezes do TCU,  
290 mas eles não respondem. Comenta que, em reunião nacional, três vezes foi chamado a atenção dele  
291 por CESs de outros estados por causa de sua ação de cobrar dos municípios. Sobre a apresentação  
292 da SES, diz que ninguém apareceu nem respondeu mais nada. Eni reforça que não é só Terra de  
293 Areia que sofre com problemas como esse e que não é que o CES não faça nada, se faz, mas isso  
294 nem sempre dá em algo. Diz que não é só culpa dos gestores, mas também dos maus conselheiros.  
295 Comenta que devem mudar a estratégia de luta, que devem expor as discussões à sociedade, ir para  
296 a imprensa, pois a conversa interna fica apenas ali. Diz que se está quase nas vésperas da  
297 Conferência e que se deve ter propostas concretas. Comenta que uma das mais importantes é de  
298 fortalecimento dos conselhos. Paulo diz que será feita uma conversa com Taciane para ver como o  
299 CES pode contribuir. Nada mais havendo a tratar, Paulo Humberto Gomes da Silva, Presidente do  
300 CES/RS, deu por encerrada a reunião, da qual eu, João Pedro Brutschin Severo, lavrei a presente  
301 ata que, após leitura e aprovação, será assinada pela Mesa Diretora. Porto Alegre, 16 de outubro de  
302 2014.

303  
304  
305  
306  
307  
308

Paulo Humberto Gomes da Silva  
Presidente do CES/RS

Célia Chaves  
Vice Presidente do CES/RS

309		
310	Alfredo Gonçalves	Sônia Pinheiro
311	Coordenador do CES/RS	Coordenadora do CES/RS
312		
313		
314	Jairo Francisco Tessari	Elemar Sand
315	Coordenador do CES/RS	Coordenador do CES/RS
316		
317		
318	Carlos Alberto Ebeling Duarte	Odil Gonçalves Gomes
319	Coordenador do CES/RS	Coordenador do CES/RS